

## Fiesp lança estudo que mostra impacto no PIB das metas de redução de emissões

O estudo Mudança do Clima – Avaliação dos reflexos das metas de redução de emissões sobre a economia e a indústria brasileira foi lançado no início do Seminário Mudança do clima e segurança hídrica: reflexos e impactos para a sociedade e disponibilizado aos presentes. Baseado em modelo capaz de simular a dinâmica futura da economia mundial e das principais regiões e países emissores de Gases de Efeito Estufa, o estudo demonstra que se forem adotadas as medidas com as quais o Brasil se comprometeu na COP de Paris, as metas para 2030 seriam atingidas, mas depois disso as emissões voltariam a crescer, caso não sejam tomadas medidas adicionais. Para que isso não aconteça, uma opção é a precificação de carbono.

Dentre as duas principais formas de precificação adotadas mundialmente, tributação e instrumentos de mercado de permissões de emissões (cap-and-trade), as conclusões do estudo indicam que um mercado amplo de permissões de emissões (cap-and-trade) tende a ser melhor, além da necessidade de esforços internacionais coordenados. **Pág. 02**

### Destaques dessa edição

**Seminário Mudança do clima e segurança hídrica: reflexos e impactos para a sociedade**

Pág. 2

**Setor industrial quer usar menos água**

Pág. 4

**12ª Edição do Prêmio de Conservação e Reúso de Água**

Pág. 5

**Conservação de alimentos e sustentabilidade em debate em Simpósio na Fiesp**

Pág. 6

**Secretário de Energia e Mineração de São Paulo fala em futuro com fontes renováveis**

Pág. 7

**No radar**



Pág. 08

**Diplomas recentes**



Pág. 11

**Monitore**



Pág. 12

**Agende-se**



Pág. 14

## Fiesp lança estudo que mostra impacto no PIB das metas de redução de emissões

O estudo Mudança do Clima – Avaliação dos reflexos das metas de redução de emissões sobre a economia e a indústria brasileira foi lançado no início do Seminário Mudança do clima e segurança hídrica: reflexos e impactos para a sociedade e disponibilizado aos presentes.

Apresentado pelo Professor Angelo Gurgel, pesquisador do “Programa conjunto de ciência e políticas de mudança global” do “Massachusetts Institute of Technology –MIT” e professor da FGV, o estudo foi elaborado a partir da adaptação e atualização de um modelo de projeção econômica de amplo alcance, da classe dos modelos de equilíbrio geral computáveis: Emissions Prediction and Policy Analysis -EPPA Model (PALTSEV et al, 2005), desenvolvido pelo MIT.

Esse modelo é capaz de representar e simular a dinâmica futura da economia mundial e das principais regiões e países emissores de Gases de Efeito Estufa, incluindo a economia brasileira, pois considera, por exemplo a forte presença do etanol e a base florestal do país, explicou Gurgel. Os resultados do estudo demonstram que se forem adotadas as medidas com as quais o Brasil se comprometeu na COP de Paris, as metas para 2030 seriam atingidas, mas depois disso as emissões voltariam a crescer, caso não sejam tomadas medidas adicionais. Para que isso não aconteça, uma opção é a precificação de carbono.

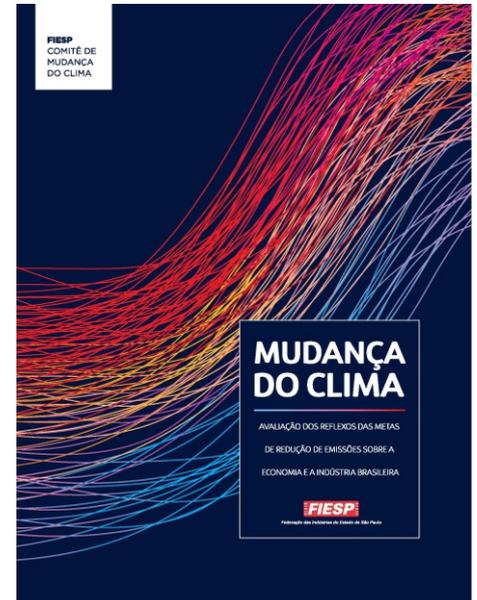
O modelo considerou as duas principais formas de precificação adotadas mundialmente, tributação e instrumentos de mercado de permissões de emissões (cap-and-trade), para todos os gases de efeito estufa.

Ele destacou, entre as conclusões do estudo, que com tributos, o custo de mitigação é elevado.

Do ponto de vista de custo-efetividade, um mercado amplo de permissões de emissões (cap-and-trade) tende a ser melhor. A necessidade de haver esforços internacionais coordenados é outra conclusão do estudo da Fiesp.

Até 2030 a precificação via tributo não muda muito o panorama, mas o impacto negativo no PIB se acelera a partir daí, chegando a uma redução de 6,5% em 2050 em relação ao cenário sem esforço de redução das emissões. Já via cap-and-trade, o PIB seria 3% menor em 2050 do que sem a adoção de medidas contra a mudança climática. E se o esforço fosse feito apenas forçando a troca por energia renovável, o PIB seria 19% menor.

O estudo está disponível em <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/mudanca-do-clima-avaliacao-dos-reflexos-das-metas-de-reducao-de-emissoes-sobre-a-economia-e-a-industria-brasileira/>



## Seminário Mudança do Clima e Segurança Hídrica: reflexos e impactos para a sociedade



Em comemoração ao dia mundial da água, Fiesp e Ciesp promoveram o Seminário sobre Mudança do Clima e Segurança Hídrica: Reflexos e Impactos para Sociedade, reunindo autoridades, empresários, academia e sociedade para debater o gerenciamento de recursos hídricos e a precificação de carbono.

Na abertura do evento, João Guilherme Sabino Ometto, 2º vice-presidente da Fiesp, afirmou que os fatos, a natureza e a sociedade são indutores do enfrentamento da questão climática e destacou o incentivo dado pelo presidente da Fiesp e do Ciesp, Paulo Skaf, ao tema ambiental.

Walter Lazzarini, presidente do Conselho Superior do Meio Ambiente da Fiesp (Cosema), lembrou do stress hídrico sofrido por São Paulo e cerca de 6 anos de seca muito forte no Nordeste.

Arnaldo Jardim, secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo enfatizou a importância da pauta do evento destacando a relevância do Código Florestal além de iniciativas do Governo estadual em relação ao agronegócio defendendo que o Brasil poderá ter papel de protagonismo em uma economia de baixo carbono.

## Simulação com dados reais

Mariana Nicoletti, do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV, apresentou o estudo Simulação de Sistema de Comércio de Emissões, que teve início em 2013, como instrumento didático. A simulação usa dados reais, fornecidos por 30 empresas de diversos setores, totalizando 60 MtCO<sub>2</sub>e em 2016. A negociação é feita numa plataforma online, da BVRio.

Uma conclusão do estudo, segundo Nicoletti, é que a alocação inicial gratuita (parcial) de permissões baseada em indicador de intensidade carbônica é vista pelas empresas como medida para minimizar impactos da precificação e reconhecer seu esforço (early action).

Também se concluiu que tanto “cap” absoluto quanto relativo são semelhantes. O mais importante é haver comunicação, monitoramento de performance e o ajuste contínuo dos parâmetros. A sinalização de preços estáveis é importante para o planejamento das empresas.

Para 2017 é previsto grupo maior de empresas participantes, e serão feitas análises setoriais. Também deve haver aproximação com o Governo, para debate e aprendizado, disse Nicoletti.

## O preço do carbono

Representantes do governo e da sociedade civil apontaram saídas para a aplicação de políticas do clima no Brasil, questão central das discussões da primeira mesa redonda do seminário.

A discussão foi moderada pelo brigadeiro Aprígio Eduardo de Moura Azevedo, diretor executivo de Projetos da Fiesp, e pelo pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da USP, Luiz Gylvan Meira Filho.

Jailson de Andrade, da Seped, Secretaria do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, lembrou a recente aprovação da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia



e Inovação (ENCTI) 2016/2022 para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, o desenvolvimento de sistemas como o Sirene, de registro nacional de emissões. Há também o Cemaden, Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Nacionais, em São Paulo, além da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas. Há ainda o estudo sobre Opções de Mitigação de Emissões de Gases de efeito-estufa em setores-chave do Brasil.

Já Gylvan Meira destacou a importância da precificação para fazer com que a redução das emissões e o combate à mudança do clima, não afetem a economia. “É necessário montar os sistemas econômicos para que o eventual ônus seja repartido por todos que se beneficiam dele, em vez de deixá-lo recair somente sobre um setor”, explicou.

Elizabeth Farina, presidente da União da Indústria da Cana de Açúcar (Única) ponderou que é preciso avaliar com cuidado o custo de implantação de cada um dos instrumentos.

Nessa linha, o diretor do Departamento de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, Adriano Santhiago de Oliveira, apontou a busca de financiamentos inovadores destacando alguns fundos como o da Amazônia e o Nacional do Meio Ambiente.

Segundo a presidente da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), Elizabeth de Carvalhaes, o Brasil precisa plantar 12 milhões de hectares de florestas genuínas mais 5 milhões com a integração com a lavoura e a agropecuária, garantindo a geração de recursos caso as condições econômicas não sejam suficientes para estimular o uso de energias renováveis.

Aloísio Melo, coordenador geral de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas do Ministério da Fazenda, lembrou que a “descarbonização é um sinal de desenvolvimento”. “Temos que fazer uma análise dos impactos”, afirmou. “A regulação embute custos e eles podem ser tão expressivos que anulam seus efeitos”. Por isso o ministério estaria tentando cuidar dessas questões “de forma aberta e dialogada”.

Para a Secretária executiva do Comitê Brasileiro do Pacto Global, Beatriz Martins Carneiro “a precificação é um caminho sem volta”.

Demétrio Florentino de Toledo Filho, Coordenador de Energia e Desenvolvimento Sustentável do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, defendeu que o foco deve estar na tecnologia de baixo carbono e na eficiência energética. “Temos uma lição de casa a fazer”, destacou. “Hoje sabemos que a água e a energia têm um preço, a emissão de carbono também tem que ter”.

## Maior risco exige avaliação aprofundada, mostram especialistas em segurança hídrica



Na parte da tarde, o painel “Adaptação às Mudanças do Clima e a Segurança Hídrica”, objetivou demonstrar que perdas com escassez de água precisam considerar cenários mais extremos e superam projeções feitas com dados históricos.

Alexandre Gross, coordenador de projetos do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV, apresentou uma análise de custo-benefício de medidas de adaptação às mudanças climáticas no Brasil, com foco na gestão do uso dos recursos hídricos.

No estudo foram usados 42 cenários independentes, com a montagem de 3 cenários climáticos na bacia hidrográfica de Piancó-Piranhas-Açu, no Nordeste. O déficit acumulado, com base no passado, é de 120 m<sup>3</sup> por segundo. O risco econômico, considerando o clima,

quase dobra. A estimativa para 2050 é de perda anual de R\$ 9 bilhões, 90% da perda recai sobre a indústria.

Alexandre destacou que, ao avaliar medidas para responder aos riscos, no caso de indústrias, pode ser necessário considerar atividades com menor uso de água.

Jerson Kelman, presidente da Sabesp, explicou as medidas tomadas para reforçar a segurança hídrica no Estado de São Paulo, depois da seca de 2013/14. Após o evento decidiu-se pela interligação de sistemas e de mananciais, o que trouxe mais flexibilidade para a sua gestão, além de obras estruturantes. Quando tudo ficar pronto, disse, parte da estrutura ficará em stand-by, para ser usada quando necessário. São investimentos essenciais para segurança hídrica, afirmou.

Alexei Vivan, diretor-presidente da ABCE, Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica, defendeu postergar e evitar ao máximo os impactos da mudança climática. Há a necessidade de se preparar para algo que não se sabe exatamente quando e como vai ocorrer, disse.

Todo planejamento do SEB, explicou Vivan, é feito com base em séries históricas de cheias, secas, incidência de chuvas e de clima, com as séries estatísticas sendo usadas para planejar o futuro, mas há grande chance de que elas não se repitam devido à mudança climática, afetando a capacidade de pensar no futuro.

A produção brasileira de energia, lembrou, é vulnerável à alteração dos regimes hidrológicos provocada pela mudança climática uma vez que a hidroeletricidade responde por 61% da matriz energética do país. Uma primeira recomendação é ter grandes reservatórios para acumulação de água para geração de energia – o contrário da tendência atual, de reservatórios a fio d'água.

Frisou a importância das diretrizes de governança dos sistemas hídricos – por exemplo, para aumentar a capacidade de resposta das instituições diante de cenários futuros incertos e em mudança. Também afirmou que é importante manter a população informada.

Mario Leopoldo de Pino Neto, gerente de Sustentabilidade da Braskem, falou sobre a evolução do aprendizado na empresa sobre água e clima. Com auxílio do GVCes, a Braskem criou plano de adaptação às mudanças climáticas e está implantando as iniciativas para os seis cenários que afetam a empresa. Também apresentou o projeto Aquapolo, parceria da Odebrecht Ambiental com a Sabesp, que fornece, a partir de água de reúso tratada, 97% da demanda da Braskem no ABC. No entanto, alertou que as medidas ainda não são suficientes porque fornecedores e clientes em área de risco hídrico podem afetar a empresa. É preciso ir além, pensando no nível de bacia hidrográfica. Pino mostrou ameaças e oportunidades, com cenários como a diminuição das perdas em São Paulo para os 15% considerados viáveis e a criação de mais aquapolos. Se nada for feito, o futuro (20 anos) é de água em falta, com o consumo ultrapassando a produção.

## Setor industrial quer usar menos água



Em debate moderado pelo vice-presidente da Fiesp e diretor titular do Departamento de Meio Ambiente da federação, Nelson Pereira dos Reis, o Coordenador da Rede de Recursos Hídricos na Confederação Nacional da Indústria (CNI), Percy Soares Neto, destacou que o setor tem uma atuação na área em todos os estados, num "debate contínuo sobre as políticas hídricas do país". "O setor industrial quer colaborar com essas políticas e, ao mesmo tempo, ser mais eficiente e usar menos água, usando fontes alternativas de abastecimento", disse.

Consultora sênior de Risco Socioambiental do Santander, Silvia Chicarino falou sobre como o recurso é tratado no banco. "Fazemos uma análise do quanto a água impactaria o nosso negócio, uma agência não funciona sem água", disse. "Avaliamos as nossas operações e fazemos a gestão de risco socioambiental em nossa carteira de crédito". Bióloga de formação, Silvia disse que o Santander quer entender como os seus clientes lidam com os riscos a que estão expostos, incluindo o socioambiental.

A Secretária adjunta da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, Monica Ferreira do Amaral Porto destacou que a água talvez seja o recurso mais facilmente atingido por problemas climáticos e a dificuldade de tomar decisões sobre incertezas. "É enorme o desafio da gestão de recursos hídricos hoje", afirmou. "Abriu-se um leque totalmente novo diante do risco de desabastecimento em 2014 e 2015".

O secretário de Estado do Meio Ambiente de São Paulo, Ricardo Salles, lembrou que a questão ambiental "envolve aspectos intangíveis". "É difícil avançar numa discussão sem decidir que valor maior será preservado, mas temos um corpo técnico qualificado para isso".

De acordo com Salles, é responsabilidade do administrador público decidir em prol do interesse coletivo.

Ele citou ainda o Projeto Nascentes, reconhecido nos Estados Unidos como uma das mais inovadoras iniciativas de reflorestamento do mundo. "Passamos da meta e hoje temos 4.960 hectares em restauração no presente momento no estado", afirmou. "O governador também pediu a criação de novas unidades de conservação e segurança hídrica".

## 12ª Edição do Prêmio de Conservação e Reúso de Água

O Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água, em sua 12ª edição, teve como vencedora na categoria Médio e Grande Porte a Raízen Energia, de Piracicaba, do setor de agronegócio, com o projeto Programa ReduSa (REDução do Uso da Água). Na categoria Micro e Pequeno Porte, a vencedora foi o Laboratório Veterinário Homeopático Fauna & Flora Arenales, de Presidente Prudente, com o projeto Reúso de água dos destiladores.

O prêmio homenageia as empresas que adotam medidas efetivas na redução do consumo e do desperdício de água.

Nelson Pereira dos Reis, diretor titular do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp e do Ciesp (DMA), destacou que o compartilhamento das boas práticas das empresas é um grande objetivo do prêmio. Observamos ao longo do tempo que muitas delas são aproveitadas por outras empresas, afirmou.

A escolha dos vencedores, lembrou Reis, é feita por uma comissão independente, sem participação da Fiesp.

No total, foram inscritos 36 projetos industriais, sendo 31 de empresas de médio e grande porte e 5 de micro e pequeno porte, com investimentos da ordem de R\$ 62 milhões e mais de 23,5 milhões de m<sup>3</sup>/ano de redução do uso de água. Com o prêmio, divulgam-se iniciativas das indústrias que apostam na redução do consumo e desperdício de água, o que leva a benefícios ambientais, econômicos e sociais, além de competitividade.

As 12 edições do prêmio totalizaram 234 projetos inscritos e 191 empresas participantes, o que gerou uma economia de cerca de 125 milhões de m<sup>3</sup> de água por ano, em média. O resultado ocorreu graças a investimento de mais de R\$ 580 milhões.

### Categoria Médio e Grande Porte

A Raízen Energia criou, para o início da safra 2015/16, o Programa ReduSa (REDução do Uso da Água).

O investimento na área ambiental é anterior, com cerca de R\$ 50 milhões em cinco anos destinados a ações para redução de captação/consumo, tais como fechamento de circuitos de água (fabricação de açúcar, resfriamento da fermentação e condensação de etanol, entre outros), instalações de torres de resfriamento, aproveitamento de condensado de vapor (água gerada no processo) em etapas do processo produtivo (filtro de torta, fermentação, embebição e instalação de limpeza de cana a seco), deixando de consumir água nesses processos com o devido aproveitamento do condensado gerado.

Para José Orlando Ferreira, gerente de qualidade integrada da Raízen, “é um orgulho receber esse prêmio de uma entidade da importância da Fiesp e é o primeiro prêmio conquistado pela empresa na área de gestão hídrica.” processos com o devido aproveitamento do condensado gerado.



Raízen Energia venceu o Prêmio Fiesp Conservação e Reúso de Água.

Foto: Everton Amaro/Fiesp



Redução de mais de 8 bilhões de litros em captação, equivalente ao consumo anual de uma cidade de 135 mil habitantes.



Redução de custo em cerca de R\$ 13 milhões. 26 mil funcionários impactados.



A empresa tem como foco reutilizar 100% do volume de água de cana-de-açúcar, evitando a captação de 0,7m<sup>3</sup> por tonelada de cana, representando 46% de reúso frente à demanda de captação total. E também em retornar os condensados para as caldeiras, reutilizando 90% de volume total do valor gerado da Raízen.

### Menção honrosa na categoria Médio e Grande Porte

- ◆ Companhia Brasileira de Alumínio (Votorantim) (Alumínio) – do setor de metalurgia, com o projeto Gota d'água – conscientização e estratégias de gestão para redução do consumo específico de água.

- ◆ Voith Paper Máquinas e Equipamentos – metal-mecânica (Jaraguá), com o projeto Iniciativas para economia de água.

- ◆ Novelis do Brasil – metalurgia do alumínio e suas ligas (Pindamonhangaba) com Estratégia para conservação de recursos hídricos: otimização de processos industriais e melhorias de gestão para redução do consumo específico de água.

- ◆ Libbs Farmacêutica – do setor farmacêutico (Embu), apresentou Reúso de água descartada.

## Categoria Micro e Pequenas

Na categoria Micro e Pequeno Porte o vencedor foi Laboratório Veterinário Homeopático Fauna & Flora Arenales com o projeto Reúso de água dos destiladores (Presidente Prudente).

Em janeiro de 2016 foi implementado o sistema de reúso de água dos destiladores. Há dois deles que captam água corrente para produzir água destilada no setor onde são esterilizados os materiais utilizados. Por meio de um sistema de reutilização são reaproveitados 59 litros do líquido que agora é usado nas descargas. O equipamento necessita de 60 litros de água encanada para gerar um litro de água destilada. Com essa adaptação criativa, são aproveitados por mês cerca de 4.000 litros de água.

Maria do Carmo Arenales, diretora do Laboratório Veterinário Homeopático Fauna e Flora Arenales. Médica veterinária e agrônoma, foi surpreendida pela primeira colocação entre as micro e pequenas e agradeceu “as mentes que trabalham conosco”, dizendo ser “visceral essa conquista”.

De acordo com Arenales, dentro do laboratório se mensura o consumo de energia elétrica, e sua oscilação entre inverno e verão, e há a economia e reaproveitamento de água pluvial e de destiladores, especialmente para uso em sanitários, com investimento mínimo, uma bomba e uma caixa de água, além de encanamento apropriado, segundo explicou a diretora da empresa, que conta com 40 funcionários. Em Presidente Prudente, o fornecimento de água e energia elétrica tem valores mais elevados em comparação com a capital.

Ao reforçar que a quantidade de água utilizada na planta é insignificante, lembrou a importância da aferição na cadeia produtiva, mesmo em um produto de baixo impacto ambiental. Além de já ter obtido o selo verde da secretaria de meio ambiente e o Prêmio Sesi Qualidade no Trabalho (PSQT) na categoria de educação continuada, o laboratório realiza trabalhos junto ao Sesi-SP.



## Menção honrosa na categoria Micro e Pequeno Porte

- ◆ FCL Serviços Automotivos – lavagem de veículos (capital), e seu projeto ecoLavapor – a verdadeira estética automotiva sustentável.

Em 2015, o projeto ficou entre os 18 melhores Projetos Sustentáveis do prêmio Acelera Startup, da Fiesp.

- ◆ Planeta Legal – lavagem a seco de frotas (capital) com a autolavagem ecológica sistema água zero delivery.

## Conservação de alimentos e sustentabilidade em debate em Simpósio na Fiesp



Voltado ao setor alimentício, I Simpósio Nacional de Eficiência Energética e Sustentabilidade para Conservação de Alimentos foi realizado, na sede da Fiesp, em São Paulo. O Simpósio ocorreu em duas etapas debatendo temas como a eficiência energética e a sustentabilidade, principalmente com foco nos setores supermercadista e de alimentação fora do lar.

José Rogelio Medela, diretor adjunto do Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp, destacou que a discussão “é útil para a indústria, o produtor, o distribuidor e o usuário, a sociedade como um todo”. Para Mario Hirose, também diretor adjunto do DMA, os temas tratados no Simpósio são transversais, envolvendo inclusive logística, quando se trata do desperdício ocorrido desde a produção até o transporte do alimento pela percepção que se tem de abundância. “Por isso, devemos perseguir a eficiência. Pois quem paga a conta somos todos nós”, disse.

Os painéis do simpósio trataram de temas como soluções para lojas inteligentes, automatização para redução de custos, logística reversa, questões tributárias envolvendo energia e sustentabilidade, novos fluidos refrigerantes sob a perspectiva dos Protocolos de Kyoto e Montreal e Acordo de Kigali, e as tendências na conservação de alimentos com experiências da Europa e dos Estados Unidos. As palestras ministradas mostraram que para o setor alimentício, há diversas formas de economia e sinalizou uma tendência comportamental positiva protagonizada pelas novas gerações com relação a conservação de alimentos e desperdício, além de preferirem alimentos frescos.

O simpósio contou ainda com apresentação de cases de supermercados.

Agência Indusnet Fiesp –editado.

## Secretário de Energia e Mineração de São Paulo fala em futuro com fontes renováveis

João Carlos de Souza Meirelles, Secretário de Energia e Mineração do Estado de São Paulo, apresentou na reunião do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp (Cosema) palestra sobre a política estadual de energia e o meio ambiente, destacando que não há como discutir sustentabilidade sem discutir desenvolvimento econômico.

São Paulo, disse o Secretário, tem a matriz energética mais limpa do mundo. Energias renováveis respondem por 58% da produção no Estado, e é imprescindível produzir mais energia renovável. Fazem parte das diretrizes estratégicas do Estado aumento produção de etanol; fomento do gás natural como garantia de oferta firme e de transição para as renováveis; geração de energia perto dos centros consumidores para segurança energética, pois São Paulo importa 63,8% da energia que consome e a busca de eficiência energética, bem como a redução das emissões de carbono.

Destacou que falta, por enquanto, tecnologia de armazenamento da energia produzida por células fotovoltaicas. Uma medida para ter mais energia de backup é a construção planejada de usinas termelétricas a gás, para evitar apagões e outros problemas. “Cada vez mais precisamos de qualidade da energia.” Enfatizou também que todas as diretrizes devem ser capazes de gerar trabalho e renda, afirmou Meirelles.

O potencial do Estado no petróleo é o maior do Brasil, mas São Paulo não tem discutido o setor, por falta de tradição, disse Meirelles. E isso apesar de São Paulo ter a maior produção de máquinas e equipamentos para exploração de petróleo. A discussão foi delegada à Petrobras. “Até do ponto de vista ambiental precisamos discutir esse tema”, afirmou.

Como a quase totalidade dos campos paulistas do pré-sal tem a produção associada de gás natural e de petróleo, com o gás sendo reinjetado por falta de demanda, o que pode ser feito por tempo limitado, faz sentido usá-lo, argumentou. E com o esgotamento do potencial hidrelétrico, o gás natural como combustível de termelétricas de alta eficiência e pouquíssimo poluentes é a alternativa, disse Meirelles.

Meirelles disse que o complexo do Hospital das Clínicas passará por um processo de melhoria de eficiência energética e de implantação de geração distribuída. Terá células fotovoltaicas. Tudo será feito em parceria com o setor privado, modelo a ser usado também no Instituto Butantã.

Há potencial de 35,4 GW de produção de energias renováveis no Estado, disse Meirelles, que mostrou tecnologias para geração fotovoltaica – por exemplo, no parque Villa Lobos.

O secretário também explicou o Programa Paulista de Biogás, para incentivar a produção de biometano nas usinas de cana de açúcar. E com a introdução dos motores flex diesel e gás seria possível economizar 1,3 bilhão de litros de diesel por safra de cana e reduzir a emissão de CO<sub>2</sub>. Para isso Meirelles pediu apoio da Fiesp para incentivar fabricantes de caminhões a aumentar a produção usando motores flex.

O Estado tem 97% de sua população em área urbana, com demandas como energia elétrica e coleta e destinação de lixo. Parte dele deverá ser usado em unidades de recuperação energética (URE).

Outro tema é o tratamento de cavas de mineração. Parte delas poderia, exemplificou Meirelles, ser usado para produção de energia solar. A recuperação do complexo Pinheiros-Billings, com requalificação das águas, culminará com a total despoluição do rio, afirmou o secretário. E permitirá o total aproveitamento da usina Henry Borden.

Agência Indusnet Fiesp- editado.



## Ações Regionais e Setoriais

Os DMAs Fiesp e Ciesp promovem diversas ações e engajamento do setor industrial paulista por meio das 42 Diretorias Regionais (DRs) do Ciesp e de seus Grupos de Meio Ambiente (GMA). Veja a seguir as principais ações ocorridas no último mês.

### DR Indaiatuba

O Grupo de Meio Ambiente realizou visitas as estações de tratamento de água e esgotos domésticos e industriais em Indaiatuba e ao Museu da Água com oficiais da Escola de Cadetes do Exército em Campinas (EsPECEX).

### DR Limeira

O Grupo de Meio Ambiente se reuniu para discutir a situação do aterro municipal com representantes do poder público municipal de Limeira e ações conjuntas na área ambiental na cidade de Cordeirópolis.

Na ocasião também definiu as estratégias para a realização do Prêmio de Boas Práticas Ambientais que ocorrerá em 06 de julho. O evento é realizado pelo CIESP Limeira e pelo Grupo de Meio Ambiente premiando empresas dos setores da indústria, serviços e agricultura que desenvolvem ações em prol da natureza.

### DR Araraquara

O Grupo de Meio Ambiente discutiu as estratégias de participação no Comitê de Bacias Tietê/Jacaré, ações para ampliar a agilidade no processo de licenciamento ambiental pela CETESB e as principais dúvidas referentes ao processo de cadastro das empresas no IBAMA.

### DR Bauru

Reunião do Grupo de Meio Ambiente em que foi apresentada a Resolução SMA nº 07 de 18 de janeiro de 2017, que dispõe critérios e parâmetros para compensação ambiental de áreas objeto de pedido de autorização para supressão de vegetação nativa, também foram apresentadas duas propostas de ações compartilhadas, visando o levantamento das principais dificuldades, riscos e pressões ambientais afetas às 4 regionais do Ciesp da região: Marília, Bauru, Jaú e Botucatu. O GMA também elaborou o cadastro e mapa das áreas de destinação de resíduos sólidos nas 4 regionais que atua.

### Dia Mundial da Água

O DMA realizou palestra em Comemoração ao Dia Mundial da Água no município de Alumínio em parceria com a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA). O evento contou com a presença de diretores, gerentes e colaboradores nas diversas ações que, apresentaram iniciativas de melhorias quanto ao uso racional da água, premiação e reconhecimento das melhores práticas.

### DR Americana

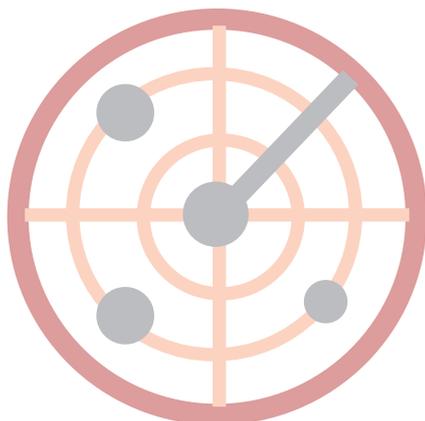
O DMA realizou apresentação sobre as ações do departamento e as atualizações quanto a renovação da outorga do Sistema Cantareira durante evento comemorativo ao Dia Mundial da Água promovido pelo Grupo de Meio Ambiente de Americana em 23/03. O evento contou com a participação de representantes do setor industrial e de entidades públicas. Foram abordadas a segurança hídrica das bacias PCJ e, principalmente, a importância da relação entre água e empregos.

### DR Araraquara

A Diretoria Regional de Araraquara realizou no dia 22 de março uma campanha de conscientização sobre o consumo de água no Shopping Jaraguá Araraquara. A entidade ofereceu cerca de mil redutores de vazão de água para torneiras para a população. Sob o tema "Água, cuide desse bem. Evite desperdício". Foram distribuídos materiais educativos e realizados esclarecimentos de dúvidas para a comunidade.



## No radar



## 188 Representações em Fóruns/Colegiados

Acompanhe os principais temas em pauta nos diversos colegiados ambientais dos quais os DMAs Fiesp e Ciesp participam, defendendo os interesses do setor industrial paulista.

## Áreas contaminadas

### Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

O grupo de trabalho de comunicação de riscos de áreas contaminadas deu continuidade à discussão da proposta do conteúdo mínimo do Plano de Comunicação de Risco para áreas contaminadas. O Grupo também debateu os novos procedimentos da ABNT para elaboração das normas.

O grupo de trabalho de plano de intervenção de áreas contaminadas deu continuidade à discussão da proposta da minuta da norma sobre o conteúdo dos diferentes tipos de plano de intervenção, de acordo com a classificação da área contaminada e medidas de intervenção a serem realizadas.

## Mudança do clima

Reunião do Comitê Municipal de Mudança do Clima e Economia do Município de São Paulo em que os novos membros indicados tomaram posse. A Fiesp continuará sendo membro do Comitê. Na ocasião foi realizada palestra contextualizando as negociações sobre mudança do clima do Acordo de Paris e participação de demais cidades por Carlos Rittl, do Observatório do Clima. Também foi discutida reestruturação do Comitê.

## Recursos hídricos

### Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)

A Câmara Técnica Permanente de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras, retomou a discussão da minuta de Resolução que trata do gerenciamento integrado de recursos hídricos superficiais e águas subterrâneas. No entanto, tendo em vista necessidade de maior mapeamento das normativas existentes, o tema será retomado na próxima reunião conjunta com a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas. Além deste tema, considerando a recomendação da Plenária do Conselho, foi formado um Grupo de Trabalho para elaborar, em articulação com a Câmara Técnica do Plano Nacional, uma proposta de minuta de resolução que defina diretrizes e critérios gerais para o estabelecimento de prioridades para a outorga.

A Câmara Técnica de Cobrança discutiu as prioridades e metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016-2020 e a análise da viabilidade de implementação de mecanismos de correção do preço público unitário. A FIESP posicionou-se de forma contrária a atualização monetária automática dos valores de cobrança no Brasil, devendo-se manter os pactos estabelecidos nos comitês de bacias, que consideram as reais necessidades das bacias e planejamento de aplicação do recurso.

### Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

A Comissão de Estudo de Conservação de Água em Edificações deu continuidade às discussões das propostas de Normas da ABNT sobre conservação de água em edificações e uso de fontes alternativas de água não potável em edificações.

## Área de Proteção

### Conselho Estadual de Meio Ambiente

O Comitê de Integração dos Planos de Manejo do Consema apresentou uma proposta da concepção do Roteiro de Elaboração de Planos de Manejo, e quais unidades de conservação serão utilizadas como projeto piloto. Apresentou-se a atual situação das Unidades de Conservação com seus respectivos status, além do posicionamento das relatorias em andamento.

A Comissão Técnica de Atividades Imobiliárias foi reinstalada e terá como atribuição discutir a regulamentação de Área de Preservação Ambiental (APP) em áreas urbanas.

### Secretaria de Recursos Hídricos de São Paulo

O DMA participou de reunião que discutiu o relatório final do estudo das Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRMs) na Bacia do Jaguari e do Alto Juquiá. Os representantes das Prefeituras dos municípios que serão afetados pelas restrições e intervenções previstas, enfatizaram durante a reunião, sua preocupação com a ausência de estimativas de custos e impactos econômicos decorrentes destas ações. No final da reunião, foi estabelecido um prazo de duas semanas para envio de sugestões e contribuições.

### Estação Ecológica de Marília

Reunião com representantes da sociedade civil e lindeiros para análise da proposta de definição de zona de amortecimento da Estação Ecológica de Marília. O Ciesp está participando das discussões.

## Cobrança pelo uso da água

### Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH)

A Câmara Técnica de Cobrança (CT) retomou a análise de proposta de cobrança pelo uso dos recursos hídricos encaminhada pelo Comitê do Alto Paranapanema, após revisão e complementações. Nesta oportunidade, os membros presentes consideraram que a versão encaminhada atendeu os requisitos e normativas aplicáveis e foi emitido parecer recomendando sua aprovação pelo CRH. A CT também avaliou as alterações propostas pela Deliberação CRH "ad referendum" nº 194/2017 relativas a Deliberação CRH nº 111/2009, que estabelece o conteúdo mínimo dos estudos de fundamentação para implementação da cobrança. Na oportunidade, foi consenso que é importante manter o inciso que estabelece a definição do percentual das ações do Plano de Bacia que serão financiadas com recursos financeiros advindos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

## Pagamento por Serviços Ambientais

### Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH)

A Câmara Técnica de Proteção das Águas revisou a minuta de relatório sobre a viabilidade do financiamento de pagamento por serviços ambientais (PSA) pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro). O relatório é uma resposta aos comitês de bacias, que solicitaram ao CRH, posicionamento referente a possibilidade de financiar projetos de PSA através de recursos do fundo. Pelas regras do Fehidro, o fundo pode financiar projetos até a sua fase de implantação, não sendo possível destinar recursos a pessoas físicas, intuito do questionamento dos CBHs.

# Comitês de Bacias

## Renovação da outorga do Sistema Cantareira

O Comitê Piracicaba, Capivari e Jundiá reuniu-se para discussão sobre a proposta ANA/DAEE para a renovação da outorga do Sistema Cantareira.

Durante os dias 09 e 10 de março, em São Paulo e Campinas, foram realizadas audiências públicas quanto a renovação da outorga do Sistema Cantareira.

O setor industrial posicionou-se quanto a necessidade da definição de protocolos e fluxos decisórios que garantam a segurança hídrica das regiões, a necessidade de obras que garantam as descargas para a região de Campinas, ajustes nos textos da minuta de outorga e, principalmente, condições de operação que ampliam a segurança hídrica na Grande São Paulo e na região dos comitês PCJ.

## Planejamento orçamentário

Câmara Técnica de Planejamento do Comitê Piracicaba, Capivari e Jundiá aprovou projetos na ordem de R\$ 60 milhões para investimentos na área de saneamento, além de aprovar o parecer favorável à Petrobrás/REPLAN, quanto as condicionantes para modernização de sua refinaria em Paulínia/SP.

## Plano de bacia

Reunião do grupo de trabalho do comitê do Rio Grande para apresentação preliminar dos objetivos e metas do Plano de Bacia e estudos e diretrizes para os instrumentos de gestão. A Secretaria Executiva do comitê em conjunto com a empresa Profil estão organizando oficinas para elaboração do Plano de Bacia do Rio Grande.

## Federal do Paranapanema

Foram apresentadas as ações de curto prazo que a Agência Nacional de Águas (ANA) indicou serem necessárias, visando obter recursos para sua implantação.

Mediante as ações propostas, o DMA solicitou que sejam encaminhados os Termos de Referência de contratação dos projetos ao comitê, para que haja contribuição das partes interessadas da bacia em seu descritivo. O DMA também reforçou que há necessidade de uma integração efetiva com os comitês afluentes diretamente envolvidos, para a condução desses projetos.

## Plano de bacia

O Comitê Turvo Grande realizou oficina do plano de bacia para apresentação do diagnóstico/ prognóstico e plano de ações. Após as recomendações propostas para o plano de ações, o mesmo foi aprovado em reunião plenária do comitê.

## Recursos FEHIDRO

O Comitê do Pontal do Paranapanema discutiu a proposta de modificação da deliberação que prioriza e define critérios para financiamento de projetos pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro).

# Estudo e Relatório de Impacto Ambiental

## Conselho Estadual de Meio Ambiente

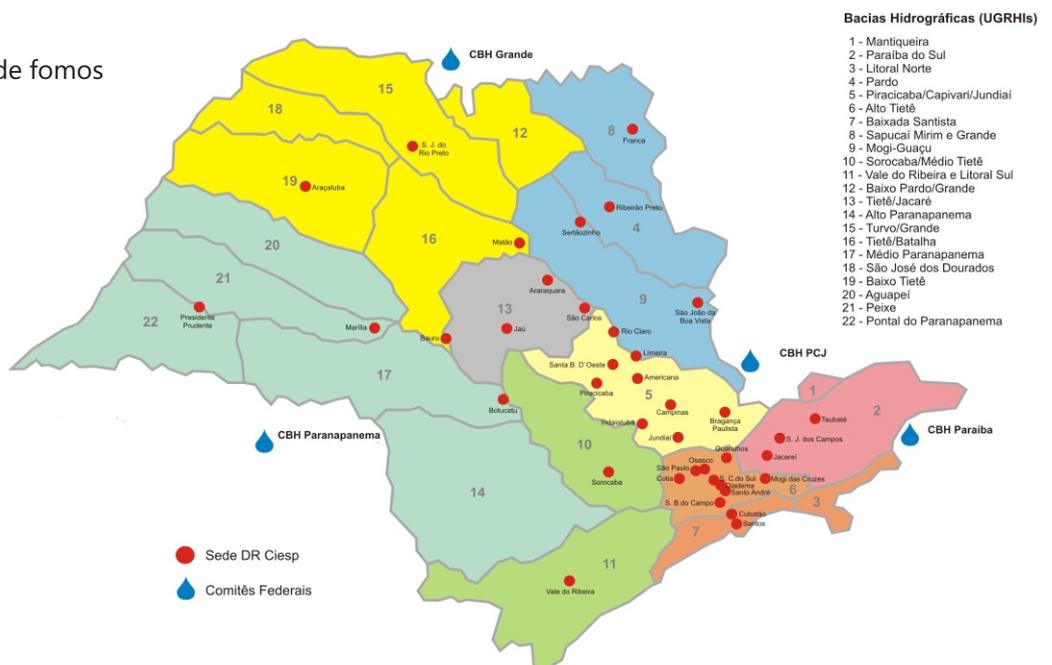
O Conselho reuniu-se para apresentação dos programas ambientais atrelados à operação da Usina Hidrelétrica do Jaguari, bem como apreciado o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (Eia/Rima) do empreendimento “Linha de Transmissão – Henry Borden – Manoel da Nóbrega e Subestação”, de responsabilidade da Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.

# Eleições - Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs)

Durante o mês de março, os comitês de bacias hidrográficas realizaram reuniões para eleição e posse dos representantes legais das Entidades do segmento Sociedade Civil indicados para o biênio 2017/2019. A Fiesp o Ciesp e sua Regionais e Distritais representarão os usuários de recursos hídricos em todas as plenárias do Estado:

Destacamos os Comitês abaixo onde fomos eleitos Vice-Presidente:

- CBH Alto Tietê  
Francisco de Assis Ramalho Além
- CBH Médio Paranapanema  
Vandir Pedroso
- CBH Mogi-Guaçu  
Adriano Melo
- CBH Paranapanema (Federal)  
Vandir Pedroso



Veja os eventos dos quais os DMAs Fiesp e Ciesp participaram no último mês.

### Workshop sobre metas baseadas na ciência

Evento promovido pelo CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável) em parceria com o CDP (Carbon Disclosure Project) com o objetivo de debater o estabelecimento de metas de precificação de carbono baseadas na ciência.

### 50º Café com Sustentabilidade

Evento promovido pela Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN para debater o stress hídrico e como tornar as instituições financeiras mais resilientes aos riscos ambientais. Na ocasião, foi apresentado modelo analítico desenvolvido para que as instituições financeiras quantifiquem e avaliem os potenciais impactos da escassez hídrica no desempenho de suas carteiras de crédito.

### Water Resources Group (2030 WGR)

A Fiesp representou o setor produtivo em reunião do Water Resources Group. O WGR é uma iniciativa do Banco Mundial para financiar ações de segurança hídrica no Estado de São Paulo. Durante o encontro o setor posicionou-se quanto a ampliação da segurança hídrica nas principais regiões do estado, soluções da indústria e, principalmente, a necessidade de ampliação de acesso aos fundos nacionais e internacionais para implementar ações.

### Diretrizes para Gestão de Secas em São Paulo

Debate realizado entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Mundial para discussão sobre estudo de diretrizes para a Gestão de Secas em todas as bacias hidrográficas do Estado. O encontro reuniu especialistas, técnicos e dirigentes de entidades para propor alternativas para secas e estiagens severas. A FIESP posicionou-se quanto a importância do estabelecimento das áreas de vulnerabilidade e a necessidade de ampliação das infraestruturas para aumentar a segurança hídrica.

## Diplomas legais recentes - Federal

### Biodiversidade

Instrução Normativa MMA nº 1, de 9 de março de 2017  
Altera a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (Cites).

Resolução CGPACA nº 5, de 10 de março de 2017  
Regulamenta critérios e procedimentos de monitoramento, avaliação, cessação e prorrogação de transferência de recursos financeiros a beneficiários do Programa de Apoio à Conservação Ambiental.

### Recursos Hídricos

Resolução conjunta ANA/DAEE nº 336, de 20 de fevereiro de 2017  
Estabelece que os aproveitamentos hidrelétricos localizados nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, dotados de estruturas de reservação de água ficam obrigados a liberar uma vazão efluente equivalente à vazão afluente, mantendo o nível de água de operação constante.

Resolução CNRH nº. 183, de 8 de dezembro de 2016  
Aprova os critérios para estabelecimento de acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, considerados insignificantes, para isenção da obrigatoriedade da outorga de direito de uso de recursos hídricos nos corpos d'água de domínio da União da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba.

Resolução CNRH nº. 182, de 8 de dezembro de 2016  
Estabelece composição e define suplências para a Câmara Técnica de Análise de Projeto (CTAP); Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS); Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia (CTCT); Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços (CTGRHT); e Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras (CTPOAR); e dá outras providências.

Resolução CNRH nº. 184, de 7 de dezembro de 2016  
Estabelece diretrizes e critérios gerais para definição das derivações e captações de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, e lançamentos de efluentes em corpos de água e acumulações de volumes de água de pouca expressão, considerados insignificantes, os quais independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos, e dá outras providências.

### Área de Proteção

Portaria ICMBio/CR8 nº 1207, de 28 de dezembro de 2016  
Modifica a Composição do Conselho Consultivo da APA Cananéia Iguape Peruíbe, no Estado de São Paulo.

Portaria ICMBio/CR8 nº 1204, de 23 de dezembro de 2016  
Modifica a composição do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Mandira, no Estado de São Paulo.

## Substâncias e produtos

Resolução Anvisa/RDC nº 145, de 21 de março de 2017

Proíbe em todo o território nacional a fabricação, importação e comercialização, assim como o uso em serviços de saúde, dos termômetros e esfigmomanômetros com coluna de mercúrio.

Portaria Colog nº 21, de 2 de fevereiro de 2017

Institui o Conselho Consultivo do Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados e dá outras providências.

## Biodiesel

Resolução CNPE nº 11, de 14 de dezembro de 2016

Dispõe sobre adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional.

## Ordenamento territorial

Portaria MMA nº 107, de 22 de fevereiro de 2017

Aprova o Regimento Interno da Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional.

## Projetos de Lei

### Recursos Hídricos

PLS nº. 66/2017 - Altera a Lei nº 11.445, de 2007, para aprimorar o controle social na prestação dos serviços de abastecimento de água potável.

PLS nº. 65/2017 - Altera a Lei nº 9.433, de 1997, para incluir a segurança hídrica no âmbito da Política Nacional de Recursos Hídricos.

PL nº 7169/2017 - Dispõe sobre a necessidade de prever nos projetos de edificações e empreendimentos urbanísticos, privados ou públicos, a existência de mecanismos para reutilização da água.

PL nº 7168/2017 - Institui o Programa Nacional de Conservação e Uso Racional da Água em Edificações (PNCURAE).

### Substâncias e Produtos

PLS nº. 30/2017 - Dispõe sobre a proibição da extração, da importação, do transporte, do armazenamento e da industrialização do amianto e dos minérios e rochas que contenham silicatos hidratados, bem como a proibição da importação e da comercialização dos produtos que os utilizem como matéria-prima.

### Resíduos Sólidos

PL nº 7177/2017 - Altera a Lei nº 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para dispor sobre a capacitação de consumidores em relação ao acondicionamento de resíduos sólidos, no sistema de coleta seletiva.

PL nº 7088/2017 - Altera a Lei nº 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para dispor sobre o rastreamento de resíduos perigosos.

PL nº 7013/2017 - Determina a utilização de massa asfáltica produzida com borracha de pneumáticos inservíveis provenientes de reciclagem.

### Área de Proteção

PL nº 7145/2017 - Altera a Lei nº 12.651, de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, e dá outras providências, para aperfeiçoar a sistemática adotada pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR).

### Licenciamento Ambiental

PL nº 7143/2017 - Altera a Lei nº 6.938, de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para dispor sobre o processo de licenciamento ambiental.

PL nº 7136/2017 - Insere dispositivo na Lei nº 6.766, de 1979, que "dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências", para exigir declaração de condição de uso prévia ao licenciamento de empreendimentos em áreas contaminadas.

### Biodiversidade

PL nº 7129/2017 - Altera as leis 5.197, de 1967, 9.605, de 1998, e 9.985, de 2000, para normatizar o abate e o controle de espécies exóticas invasoras.

## Acústica e vibrações

Decreto nº 62.472, de 16 de fevereiro de 2017  
Regulamenta a Lei nº 16.049, de 2015, que dispõe sobre a emissão de ruídos sonoros provenientes de aparelhos de som portáteis ou instalados em veículos automotores estacionados e dá providências correlatas

## Licenciamento ambiental

Resolução SMA nº 21, de 8 de março de 2017  
Disciplina o licenciamento ambiental dos Programas de Recuperação de Interesse Social (PRIS) e das Habitações de Interesse Social (HIS), vinculadas ao PRIS, no âmbito da legislação estadual de Proteção e Recuperação dos Mananciais.

## Áreas protegidas

Resolução SMA nº 20, de 8 de março de 2017  
Altera a Resolução SMA 7, de 2017, que dispõe sobre os critérios e parâmetros para compensação ambiental de áreas objeto de pedido de autorização para supressão de vegetação nativa, corte de árvores isoladas e para intervenções em Áreas de Preservação Permanente no Estado de São Paulo.

## Emissões Atmosféricas

Resolução SMA nº 22, de 8 de março de 2017  
Dispõe sobre os procedimentos relativos à suspensão da queima da palha da cana-de-açúcar, ditados pela Lei Estadual 11.241, de 2002, e regulamentada pelo Decreto Estadual 47.700, de 2003.

## Projetos de Lei

### Biodiversidade

PL nº 121/2017 - Dispõe sobre a proteção da fauna nativa e exótica no Estado.

# MONITORE

Sistema de Gerenciamento de Obrigações Ambientais

O Monitore é um sistema que alerta as empresas quanto as principais obrigações nos âmbitos estadual e federal, que devem ser atendidas anualmente, evitando multas e penalidades. O usuário deve ficar atento também às possíveis obrigações municipais e outros compromissos atrelados ao processo de licenciamento ou específicos para a atividade que exerce. Veja a seguir as obrigações com prazos próximos:  
Prezado usuário,

O prazo para entrega do Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais será prorrogado para dia 31 de maio

Brasília (29/03/2017) – A entrega do Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (RAPP) será prorrogada para 31 de maio de 2017 em razão de instabilidades nos sistemas do Ibama, que inviabilizaram o acesso de usuários externos nos últimos dias. A nova data limite também se aplica aos Relatórios de Pneumáticos e ao Protocolo de Montreal. Uma normativa será publicada nos próximos dias para estender o prazo anterior, que terminava em 31 de março.

O Ibama recomenda que os usuários evitem deixar a entrega para as últimas semanas. Um grande volume de acessos simultâneos pode sobrecarregar os sistemas.

O Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (RAPP), previsto na Lei nº 6.938/81 (§ 1º, Art. 17-C), é um instrumento de coleta de informações de interesse ambiental com o objetivo de colaborar com procedimentos de controle e fiscalização, além de subsidiar ações de gestão ambiental. Sua entrega é obrigatória para pessoas físicas e jurídicas que exercem atividades sujeitas à cobrança de Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA).

Regulamentado pela IN Ibama nº 06/2014, o RAPP é composto por formulários eletrônicos divididos em temas específicos. O número e os tipos de formulários a serem preenchidos varia em função das atividades registradas no CTF/APP.

Para acessar o RAPP vá até a página de Serviços do Ibama. Dentro do sistema, passe a seta do mouse no menu "Relatórios" submenu "Atividades - Lei 10.165/00".

Fonte: IBAMA  
<http://www.ibama.gov.br/>

Além das obrigações ambientais que possuem prazos pré-definidos, existem outros prazos nos quais as empresas devem estar atentas e que variam de empresa para empresa como Autorizações, Licenciamento Ambiental, Outorga de direito de uso, Cadastro de usuários de recursos hídricos, Produtos Controlados, entre outros.

## Avisos

### Projeto ABNT NBR ISO 14046 Gestão ambiental - Pegada hídrica - Princípios, requisitos e diretrizes.

Aberta a Consulta Pública até 10 de maio de 2017.

## Serviços DMA

Além do Informe Ambiental, e do Monitore o DMA também oferece:

Portal bolsa de resíduos

Cadastro que permite às empresas divulgarem gratuitamente as ofertas de compra e venda de resíduos industriais;  
<http://www.fiesp.com.br/servicos/bolsa-residuos-fiesp/>

Cadastro eletrônico de prestadores de serviços

Banco de dados de prestadores de serviços, fabricantes e consultores na área de meio ambiente.

<http://www.fiesp.com.br/servicos/cadastro-eletronico-de-prestadores-de-servicos-ambiental/>

## Agende-se



de 05 a 08 de junho de 2017

## Expediente

O Informe Ambiental é publicado pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp e do Ciesp. Circulação mensal. Comentários e sugestões: Tel. (11) 3549 4675 | Fax: 3549 4237 | [cdma@fiesp.com](mailto:cdma@fiesp.com) | [www.fiesp.com.br](http://www.fiesp.com.br)  
 Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.

**Para receber este e outros conteúdos sobre Meio Ambiente, é necessário que faça o cadastro através do link**  
<http://www.fiesp.com.br/cadastro>.